



Caderno de Prova

PROCURADOR MUNICIPAL

Data da prova: 17 de março de 2024.

Duração máxima da prova: 3(três) horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão resposta.

INSTRUÇÕES:

1. Este caderno contém 50 (cinquenta) questões objetivas com 04 (quatro) opções (A, B, C, D). A prova terá duração máxima de 03 (três) horas. A prova terá seu horário de início em sala, a contar após a distribuição dos cadernos de prova e autorização do aplicador(a).
2. Confira em seu caderno de provas a sequência de questões. Você tem até 10 (dez) minutos do início das provas para solicitar a troca do caderno de provas que apresentar algum problema de impressão ou qualquer outro que inviabilize a realização da mesma, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
3. A interpretação das questões, bem como das instruções, faz parte da prova. Portanto, ao aplicador(a) de sala e fiscais não há autorização para fornecer esclarecimentos sobre o conteúdo das provas, sendo esta atribuição de única e exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a).
4. Você receberá do aplicador o cartão de respostas 30 (trinta) minutos após o início da prova, o cartão de respostas deverá obrigatoriamente ser assinado pelo(a) candidato(a) no local em que há a indicação: “**ASSINATURA**”, utilizando sempre caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
5. Caso realmente precise, utilize como rascunho os espaços em branco nas folhas do caderno de prova. Sugerimos que você assinale, inicialmente, no próprio caderno de provas, todas as respostas que julgar correta. Depois, passe-as para o cartão de respostas.
6. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão **ANULADAS**. Portanto, ao preencher o cartão de respostas faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois em hipótese alguma haverá substituição do cartão de respostas por erro do(a) candidato(a).
7. Ao terminar a prova ou findo o horário limite para sua realização, o candidato deverá **OBRIGATORIAMENTE** entregar seu cartão de respostas “**ASSINADO**”, ao aplicador(a) de sala. O(a) candidato(a) que não devolver seu cartão de respostas será automaticamente **eliminado(a)** e não terá classificação alguma no concurso público.
8. **Atenção!** Preencha o cartão-resposta na mesma sequência numérica das questões do caderno de provas.
9. Somente será permitido levar o caderno de questões (prova), depois de decorrido o período de **120 (cento e vinte) minutos do início das provas**.
10. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos, assim como os demais procedimentos constantes no subitem 13.11 e no subitem 13.13 do Edital nº 001/2023.
11. Após o término da prova, o(a) candidato(a) deverá deixar imediatamente o recinto da mesma, sendo **terminantemente proibido** fazer contato com os(as) candidatos(as) que ainda não terminaram a prova sob pena de ser excluído do concurso público.
12. O desrespeito às normas que regem o presente concurso público, bem como, a desobediência às exigências registradas no edital, além de sanções legais cabíveis implica na desclassificação do candidato.
13. Os dois últimos candidatos ao terminarem as provas deverão retirar-se da sala simultaneamente, após testemunharem o fechamento (lacre) do envelope de provas, assinando a Ata Relatário.
14. O candidato, após a divulgação dos gabaritos preliminares da prova objetiva, que será feita na página do concurso público acessível através do site www.idesg.org.br, na data prevista no QUADRO I – Cronograma geral de datas e eventos do Edital nº 001/2023, poderá peticionar **RECURSO** à banca examinadora, quando julgar que ocorreu erro na formulação das questões e divulgação do gabarito preliminar, observado o item 17 do Edital nº 001/2023.

BOA PROVA!!!



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA/ES

Concurso Público nº 001/2023

Edital nº 001/2023

ATENÇÃO!!!

- O CARTÃO DE RESPOSTAS ABAIXO É PARA SER UTILIZADO SOMENTE COMO RASCUNHO.
- AO RECEBER O CARTÃO DE RESPOSTAS DEFINITIVO CONFIRA OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (NOME, CARGO, NÚMERO DE INSCRIÇÃO) E EM SEGUIDA ASSINE NO LOCAL INDICADO.

CARTÃO RESPOSTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA/ES CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 <i>Preenchimento de vagas existentes e formação de cadastro de reserva.</i>			
Nome:		Local:	
Cargo:		Data:	17/03/2024
Sala:	Nº de inscrição:	Turno:	
<p>* Marcar apenas uma opção para cada questão, evitando ultrapassar o círculo; * O círculo correspondente à questão escolhida deve ser totalmente preenchido; * Marcar apenas a quantidade de questões existentes na sua prova; * Utilize somente caneta azul ou preta, não rasurar ou sujar o cartão; É responsabilidade do candidato a conferência dos dados de seu cartão (A) ● (C) (D)</p>			TIPO DE PROVA PADRÃO
01	(A) (B) (C) (D)	21	(A) (B) (C) (D)
02	(A) (B) (C) (D)	22	(A) (B) (C) (D)
03	(A) (B) (C) (D)	23	(A) (B) (C) (D)
04	(A) (B) (C) (D)	24	(A) (B) (C) (D)
05	(A) (B) (C) (D)	25	(A) (B) (C) (D)
06	(A) (B) (C) (D)	26	(A) (B) (C) (D)
07	(A) (B) (C) (D)	27	(A) (B) (C) (D)
08	(A) (B) (C) (D)	28	(A) (B) (C) (D)
09	(A) (B) (C) (D)	29	(A) (B) (C) (D)
10	(A) (B) (C) (D)	30	(A) (B) (C) (D)
11	(A) (B) (C) (D)	31	(A) (B) (C) (D)
12	(A) (B) (C) (D)	32	(A) (B) (C) (D)
13	(A) (B) (C) (D)	33	(A) (B) (C) (D)
14	(A) (B) (C) (D)	34	(A) (B) (C) (D)
15	(A) (B) (C) (D)	35	(A) (B) (C) (D)
16	(A) (B) (C) (D)	36	(A) (B) (C) (D)
17	(A) (B) (C) (D)	37	(A) (B) (C) (D)
18	(A) (B) (C) (D)	38	(A) (B) (C) (D)
19	(A) (B) (C) (D)	39	(A) (B) (C) (D)
20	(A) (B) (C) (D)	40	(A) (B) (C) (D)
		41	(A) (B) (C) (D)
		42	(A) (B) (C) (D)
		43	(A) (B) (C) (D)
		44	(A) (B) (C) (D)
		45	(A) (B) (C) (D)
		46	(A) (B) (C) (D)
		47	(A) (B) (C) (D)
		48	(A) (B) (C) (D)
		49	(A) (B) (C) (D)
		50	(A) (B) (C) (D)
		51	(A) (B) (C) (D)
		52	(A) (B) (C) (D)
		53	(A) (B) (C) (D)
		54	(A) (B) (C) (D)
		55	(A) (B) (C) (D)
		56	(A) (B) (C) (D)
		57	(A) (B) (C) (D)
		58	(A) (B) (C) (D)
		59	(A) (B) (C) (D)
		60	(A) (B) (C) (D)
Assinatura do Candidato			Nº DE INSCRIÇÃO

ATENÇÃO:

- O(a) candidato(a) deverá **OBRIGATORIAMENTE**, entregar seu cartão de repostas definitivo preenchido e **ASSINADO**, sob pena de ter seu cartão de respostas **ANULADO**. (item 13.22 do edital nº 001/2023).
- Preencha o cartão-resposta na mesma sequência numérica das questões do caderno de provas.



LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: Leia atentamente o texto a seguir e responda as questões de 01 a 06:

A origem da palavra “algoritmo” é a mesma de “algarismo”?

É sim. A explicação envolve um dos maiores matemáticos da história – e uma reforma ortográfica francesa que deu errado.

Bruno Vaiano - 2 fev. 2024

As duas palavras derivam, em última instância, do nome de *Abū Ja‘far Muḥammad ibn Mūsā al-Khwārizmī* (essa é uma transliteração precisa a partir do alfabeto árabe, mas é comum aportuguesar a grafia do último sobrenome como “*Alcuarismi*”).

Ele foi um matemático persa, nascido no atual território do Uzbequistão, que trabalhou em Bagdá no século 9 d.C., época em que o califado islâmico Abássida era a maior potência científico-tecnológica do mundo. A cidade sediava a Casa da Sabedoria, um centro de pesquisa que continha, talvez, a biblioteca mais vasta de seu tempo. [...]

O nome completo significa, ao pé da letra, “Mohamed, pai de Jafar, filho de Moisés, nativo de Khiva” – uma cidade uzbeque que permanece com o mesmo nome até hoje. Assim, *Alcuarismi* não era bem um sobrenome. Era uma designação de origem similar à que os gregos da Antiguidade empregavam em nomes como “Pitágoras de Samos” ou “Tales de Mileto”.

O nome “*Alcuarismi*” chegou ao latim medieval com a pronúncia torta *algorismus*, que deu origem a “algarismo” em português e também ao termo *algorisme* em francês arcaico.

O problema: os franceses da Idade Média não sacaram a raiz árabe da palavra *algorisme*. Pensaram que vinha do grego *arithmos* (que também significa “número”, mas não tem nada a ver com nosso amigo *Alcuarismi*). É uma confusão compreensível.

Por isso, eles “consertaram” a dita cuja para *algorithme*, que se tornou *algorithm* em inglês e chegou ao português, após a invenção dos computadores, como “algoritmo”.

Alcuarismi é considerado o pai da álgebra. Uma das suas invenções mais importantes é algo básico no currículo escolar: o procedimento em que você inverte os termos de uma equação ao passá-los para o outro lado do sinal de igual (o que soma passa subtraindo, o que multiplica passa dividindo etc).

Ele foi o primeiro a fornecer soluções sistemáticas para equações lineares e quadráticas, produziu as tabelas de senos e cossenos mais precisas de seu tempo e, também, as primeiras tabelas de tangentes da história.

*Pergunta de Cassio, de Santo André (SP), via e-mail.
(Fonte: <https://super.abril.com.br>)*

QUESTÃO 01. Conforme as características desse texto, podemos afirmar que seu principal objetivo é:

- (A) Metalinguístico. (B) Persuasivo. (C) Expositivo. (D) Publicitário.



QUESTÃO 02. Predomina nesse texto a função da linguagem que se constitui:

- (A) Na ênfase dada ao assunto para explicar uma realidade objetivamente.
- (B) Na organização da mensagem a partir de critérios estéticos.
- (C) No registro de uma experiência pessoal sob uma visão parcial dos fatos.
- (D) No uso da linguagem conotativa para despertar o interesse do leitor.

QUESTÃO 03. “Uma das suas invenções mais importantes é algo básico no currículo escolar [...]”

Assinale a alternativa em que o sentido das palavras destacadas nessa frase está corretamente identificado.

- (A) Quantificação.
- (B) Indeterminação.
- (C) Qualificação.
- (D) Definição.

QUESTÃO 04. “Ele foi um matemático persa, nascido no atual território do Uzbequistão, que trabalhou em Bagdá no século 9 d.C., [...]” A oração destacada está construída a partir de uma estrutura:

- (A) Temporal.
- (B) Conclusiva.
- (C) Explicativa.
- (D) Restritiva.

QUESTÃO 05. “[...] mas é comum aportuguesar a grafia [...]”. A palavra sublinhada está formada por:

- (A) Derivação regressiva com retirada de morfemas da palavra primitiva.
- (B) Derivação prefixal resultante do acréscimo de prefixo à palavra primitiva.
- (C) Composição por aglutinação de elementos na formação da palavra.
- (D) Parassíntese com acréscimo simultâneo de prefixo e sufixo à palavra primitiva.

QUESTÃO 06. Exerce função predicativa a expressão destacada em:

- (A) “[...] produziu as tabelas de senos e cossenos [...]”
- (B) “Ele foi um matemático persa [...]”
- (C) “O nome “Alcuarismi” chegou ao latim medieval [...]”
- (D) “[...] o que soma passa subtraindo [...]”

QUESTÃO 07. Assinale a alternativa em que a palavra destacada está corretamente aplicada.

- (A) Não se sabe **por que** algoritmos das redes sociais estão cada vez mais perigosos.
- (B) Conversamos muito **a cerca de** inteligência artificial com os estudantes.
- (C) A inteligência artificial pode **infligir** as políticas de compliance de uma empresa.
- (D) A ministra foi à televisão **afim de** declarar o fim da emergência sanitária.



QUESTÃO 08. “A expectativa é de que, nos próximos anos, cada vez mais, os processos corporativos façam uso da inteligência artificial. Espera-se que a ampliação da IA continue crescendo nas organizações de serviços financeiros, fábricas e setores de tecnologia.”

As duas formas verbais sublinhadas nessa frase não estão conjugadas:

- (A) No mesmo modo.
- (B) No mesmo tempo.
- (C) No mesmo número.
- (D) Na mesma pessoa.

QUESTÃO 09. Leia este texto de Arnaldo Antunes e responda à questão seguir.

“As coisas têm peso, massa, volume, tamanho, tempo, forma, cor, posição, textura, duração, densidade, cheiro, valor, consistência, profundidade, contorno, temperatura, função, aparência, preço, destino, idade, sentido. As coisas não têm paz.”

O autor enumerou vários elementos que completam o verbo ter sem empregar nenhuma conjunção. O nome dado a esse recurso é:

- (A) Elipse.
- (B) Assíndeto.
- (C) Polissíndeto.
- (D) Metonímia.

QUESTÃO 10. “Posso informar _____ senhores _____ a inteligência artificial permite a um sistema a tomada de decisão rápida, independente e precisa. Os padrões _____ ela obedece ainda não são totalmente conhecidos.”

A alternativa que preenche corretamente os espaços da frase acima é:

- (A) aos – que – a que.
- (B) aos – de que – a que.
- (C) os – que – que.
- (D) aos - que – que.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 11. Luíza tem uma planilha do Excel 2016 (em sua versão em português e nas configurações padrão) com alguns valores inseridos em algumas células. Na célula B3 tem o valor 410 e na célula D4 o valor 201. Ela precisa que na célula F2 apareça o número formado pela junção dos algarismos das células B3 e D4, nesta mesma ordem, ou seja, que apareça o número 410201. Qual fórmula Luíza deve inserir na célula F2 para obter o resultado esperado?

- (A) =CONCATENAR(B3:D4)
- (B) =CONCATENAR(B3;D4)
- (C) =B3;D4
- (D) =B3&;D4



QUESTÃO 12. Analise as afirmações a seguir.

- I) O Mozilla Firefox e o Google Chrome são ambos navegadores de código aberto.
- II) Os navegadores Firefox, Edge e Chrome suportam extensões para personalização de funcionalidades.
- III) O Edge oferece uma ferramenta de anotação integrada para melhorar a colaboração em páginas da web.

Sobre as afirmações feitas, podemos afirmar que:

- (A) Apenas uma afirmação está correta.
- (B) Apenas duas afirmações estão corretas.
- (C) Todas as afirmações estão corretas.
- (D) Todas as afirmações estão erradas.

QUESTÃO 13. Uma planilha do Excel 2016 (em sua versão em português e nas configurações padrão) possui as células B1, B2, B3 e B4 preenchidas com os valores 5, 4, 6 e 7, respectivamente. Para que a célula B5 faça a soma automática dos valores das células B1, B2, B3 e B4, deve-se selecionar essas células e pressionar as teclas do teclado:

- (A) “Shift” + “+”
- (B) “Alt” + “=”
- (C) “Ctrl” + “S”
- (D) “Ctrl” + “Shift” + “L”

QUESTÃO 14. Sobre o Microsoft Word 2016 (em sua versão em português e nas configurações padrão), são feitas algumas afirmações.

- II. O Word 2016 inclui ferramentas para criar envelopes e etiquetas na guia “Inserir”.
- III. Os recursos “Localizar e substituir” no Word 2016, presentes na guia “Página inicial” permitem procurar e substituir palavras ou frases específicas no documento.
- IV. A opção de inserir quebras de páginas para iniciar uma nova página no documento do Word 2016 é um recurso presente nas guias “Inserir” e “Layout”.

Sobre as afirmações feitas, podemos afirmar que:

- (A) Apenas uma afirmação está correta.
- (B) Apenas duas afirmações estão corretas.
- (C) Todas as afirmações estão corretas.
- (D) Todas as afirmações estão erradas.

QUESTÃO 15. Qual opção no PowerPoint 2016 (em sua versão em português e configuração padrão) permite restringir a edição de uma apresentação para impedir alterações não autorizadas?

- (A) “Proteger Apresentação”.
- (B) “Restringir Edição”.
- (C) “Bloquear Slides”.
- (D) “Bloquear Edição”.



QUESTÃO 16. A planilha a mostrada na imagem a seguir, foi elaborada no Excel 2016 (em sua versão em português e nas configurações padrão). Ela mostra as notas obtidas em uma avaliação de matemática, por alguns alunos de uma escola.

	A	B	C
1	Notas da avaliação de Matemática		
2	ALUNO	NOTA	SITUAÇÃO
3	Ana	5,4	
4	Beatriz	6	
5	Carlos	7,1	
6	Daniel	9,6	
7	Eliane	8,4	
8	Flávio	5,2	
9	Gabriel	4,4	
10	Henrique	6,1	
11	Ivan	8,4	
12	João	5,9	
13			
14			

O professor dessa turma, que elaborou esta planilha inseriu fórmulas na coluna SITUAÇÃO, para aparecer a palavra APROVADO se o aluno tirou nota igual ou superior a 6, e a palavra RECUPERAÇÃO se tirou nota inferior a 6. Após o preenchimento automático da coluna SITUAÇÃO, a planilha ficou preenchida conforme a figura abaixo.

	A	B	C
1	Notas da avaliação de Matemática		
2	ALUNO	NOTA	SITUAÇÃO
3	Ana	5,4	Reprovado
4	Beatriz	6	Aprovado
5	Carlos	7,1	Aprovado
6	Daniel	9,6	Aprovado
7	Eliane	8,4	Aprovado
8	Flávio	5,2	Reprovado
9	Gabriel	4,4	Reprovado
10	Henrique	6,1	Aprovado
11	Ivan	8,4	Aprovado
12	João	5,9	Reprovado
13			
14			

O processador precisa que a célula B13 seja preenchida com a soma das notas dos alunos que foram aprovados. Qual fórmula ele deve inserir nessa célula?

- (A) =SOMASE(C3:C12;"Aprovado";B3:B12)
- (B) =SOMASE(C3;C12;"Aprovado";B3;B12)
- (C) =SOMASE(C3;C12;"Aprovado";B3;B12)
- (D) =SOMASE(C3;C12;"Aprovado";B3;B12)



QUESTÃO 17. Acerca do navegador PowerPoint 2016 (em sua versão em português e nas configurações padrão), são feitas as seguintes afirmações:

- I. O PowerPoint 2016 oferece modelos predefinidos para facilitar a criação de apresentações.
- II. É possível exportar uma apresentação do PowerPoint 2016 como um arquivo de vídeo.
- III. O PowerPoint 2016 não suporta a inserção de gráficos dinâmicos.

Sobre as afirmações feitas, podemos afirmar que:

- (A) Apenas uma afirmação está correta.
- (B) Apenas duas afirmações estão corretas.
- (C) Todas as afirmações estão corretas.
- (D) Todas as afirmações estão erradas.

QUESTÃO 18. Assinale a alternativa correta em relação a função da opção "Marcadores e Numeração" no Microsoft Word 2016 (em sua versão em português e nas configurações padrão):

- (A) A opção "Marcadores e Numeração" permite inserir marcadores e números automáticos em listas, facilitando a organização do conteúdo.
- (B) A opção "Marcadores e Numeração" controla a numeração de páginas e a formatação de listas.
- (C) A opção "Marcadores e Numeração" permite definir estilos de cabeçalho e rodapé para cada seção do documento.
- (D)) A opção "Marcadores e Numeração" ajusta o espaçamento entre linhas e parágrafos, permitindo uma formatação personalizada do texto.

QUESTÃO 19. Referente ao Microsoft Word 2016 (em sua versão em português e nas configurações padrão), observe as afirmativas a seguir.

- I) A opção "Estatística de Leitura" no Word 2016 fornece informações sobre o tempo médio de leitura do documento.
- II) A opção "Salvar como Página da Web" converte automaticamente o documento para o formato HTML.
- III) É possível inserir o gráfico de bolhas presente na guia "Design" utilizando o Word 2016.

Sobre as afirmações feitas, podemos afirmar que:

- (A) Apenas uma afirmação está correta.
- (B) Apenas duas afirmações estão corretas.
- (C) Todas as afirmações estão corretas.
- (D) Todas as afirmações estão erradas.

EM BRANCO



QUESTÃO 20. É possível utilizar o recurso “Marca d’água” no Microsoft Word 2016 (em sua versão em português e nas configurações padrão):

- (A) Clicando no botão “Marca d’água” presente na guia “Página Inicial”.
- (B) Clicando no botão “Marca d’água” presente na guia “Exibir”.
- (C) Clicando no botão “Marca d’água” presente na guia “Inserir”.
- (D) Clicando no botão “Marca d’água” presente na guia “Design”.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21. Dentro da estrutura constitucional brasileira, é crucial entender a relação entre as liberdades individuais e os direitos políticos, em particular ao examinar como a liberdade de expressão e o direito de se associar a partidos políticos interagem. Levando em conta a importância de uma interpretação que favoreça o equilíbrio entre estes direitos essenciais, qual das afirmações a seguir melhor descreve essa conexão?

- (A) A liberdade de expressão, protegida constitucionalmente, pode ser limitada em certas circunstâncias, como na atuação de associações partidárias, para salvaguardar a ordem pública e os princípios democráticos sem uma motivação específica.
- (B) O direito à associação partidária é prioritário em relação à liberdade de expressão, dada a sua importância para a estruturação do sistema político e a representação democrática.
- (C) A harmonização entre a liberdade de expressão e o direito à associação partidária exige uma interpretação que evite conflitos, reconhecendo a autonomia e a interdependência desses direitos no fortalecimento da democracia.
- (D) A liberdade de expressão e o direito à associação partidária são direitos absolutos e, portanto, não sujeitos a qualquer forma de restrição ou ponderação mútua.

QUESTÃO 22. Analisando os princípios de igualdade e não discriminação no contexto dos direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal, é importante refletir sobre como tais princípios orientam a formulação de políticas públicas e a interpretação de leis. Neste sentido, qual das opções a seguir melhor representa a aplicação desses princípios no ordenamento jurídico brasileiro?

- (A) O princípio da igualdade justifica políticas de ação afirmativa que visam promover a igualdade material, reconhecendo as desigualdades históricas e sociais.
- (B) É correto afirmar que as políticas de ação afirmativa estabelecem tratamento preferencial baseado em critérios discriminatórios.
- (C) A igualdade formal é suficiente para garantir a não discriminação, tornando desnecessárias quaisquer medidas de ação afirmativa.
- (D) A aplicação da dimensão estrita do princípio da igualdade exige que políticas públicas abstenham-se de adotar critérios como raça, gênero ou classe social, para não contrariar a universalidade desse direito.



QUESTÃO 23. Joana, renomada cientista no campo da genética, deseja contribuir com o avanço da ciência de maneira póstuma através da doação de seu corpo para pesquisa científica. Ciente da importância de sua decisão, e almejando que sua contribuição seja utilizada exclusivamente para fins científicos ou altruísticos, ela procura aconselhamento jurídico para assegurar a legalidade e a efetividade de seu ato, considerando as normativas do Código Civil Brasileiro sobre a disposição do corpo humano após a morte. Com base no texto do Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** indica a possibilidade de Joana realizar tal ato, garantindo a observância dos princípios que regem os direitos da personalidade.

- (A) A disposição do corpo é exclusiva para fins científicos.
- (B) A doação do corpo para pesquisa científica após a morte é legalmente válida, podendo ser revogada a qualquer momento em vida, alinhando-se aos direitos da personalidade que protegem a autonomia individual.
- (C) Qualquer disposição do próprio corpo, mesmo após a morte, é considerada ilegal, a menos que tenha por objetivo a realização de transplantes, respeitando a integridade física e moral da pessoa.
- (D) A legislação proíbe expressamente a doação do corpo para pesquisa científica, mesmo após a morte, a fim de preservar a dignidade humana e os valores sociais.

QUESTÃO 24. Durante a execução de uma obra pública na cidade X, um acidente ocorreu devido à negligência da empresa contratada, resultando em danos materiais significativos a um veículo estacionado nas proximidades e lesões graves no motorista, Pedro. Após a recuperação, Pedro, que é um fotógrafo profissional, constatou uma diminuição na sua capacidade de trabalho, impactando diretamente sua renda. Baseado somente nas normativas do Código Civil Brasileiro sobre a responsabilidade civil, assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** descreve os direitos de Pedro em relação à indenização que ele pode buscar.

- (A) Pedro tem direito a uma indenização que cubra apenas os danos materiais ao seu veículo, visto que os danos pessoais não estão claramente relacionados à execução da obra pública.
- (B) Pedro pode exigir uma indenização fixa, determinada unilateralmente pela Administração Pública, sem a necessidade de uma avaliação judicial sobre a extensão dos danos e sua capacidade de trabalho.
- (C) Além das despesas médicas e reparação do veículo, Pedro pode requerer, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que sofreu.
- (D) A indenização de Pedro deve limitar-se ao pagamento das despesas médicas, uma vez que a legislação brasileira não prevê compensação por lucros cessantes ou diminuição da capacidade de trabalho em casos de acidentes em obras públicas.

EM BRANCO



QUESTÃO 25. Em um processo judicial, a realização de uma audiência de conciliação ou de mediação é um passo importante no esforço para resolver disputas de maneira eficiente e consensual. Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre a organização e a condução dessas audiências, qual das seguintes afirmativas está **CORRETA** sobre os procedimentos aplicáveis às mesmas?

- (A) É vedado por lei que o juiz não designe audiência de conciliação ou de mediação se a petição inicial não preencher os requisitos essenciais ou for caso de improcedência liminar do pedido, e a citação do réu deve ocorrer com no mínimo 15 dias de antecedência.
- (B) Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado somente pelo autor da ação.
- (C) Não poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação.
- (D) Se ambas as partes manifestarem expressamente desinteresse na composição consensual, ou quando não se admitir a autocomposição, a audiência de conciliação ou de mediação não será realizada. A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado, e o não comparecimento injustificado de qualquer das partes será sancionado com multa.

QUESTÃO 26. No âmbito do processo de execução, a legislação processual civil brasileira estabelece uma série de mecanismos para assegurar a efetividade das ordens judiciais e a observância dos princípios da dignidade da justiça. Considerando o regramento do Código Civil Brasileiro, analise as afirmativas abaixo e assinale a opção **CORRETA** que descreve adequadamente medidas possíveis durante o processo de execução:

- (A) No caso de conduta comissiva atentatória à dignidade da justiça, nesta fase não será cabível aplicação de multa pelo juiz.
- (B) A cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé ou de prática de ato atentatório à dignidade da justiça será promovida em autos apartados.
- (C) O exequente tem o direito de desistir de toda a execução.
- (D) O juiz pode, em qualquer momento do processo, determinar que sujeitos indicados pelo exequente forneçam informações em geral relacionadas ao objeto da execução, tais como documentos e dados que tenham em seu poder, assinando-lhes sempre o prazo mínimo de quinze dias.

QUESTÃO 27. Considerando o Código de Processo Civil e os processos nos tribunais, no caso de pedido de instauração do incidente o mesmo será dirigido, no caso das partes por petição, ao presidente de tribunal. No julgamento do incidente, após o autor e o réu do processo originário e o Ministério Público, os demais interessados poderão sustentar suas razões no prazo de trinta minutos, divididos entre todos, sendo exigida inscrição com antecedência de

- (A) dois dias.
- (B) cinco dias.
- (C) oito dias.
- (D) quinze dias.



QUESTÃO 28. Em uma cidade com mais de vinte mil habitantes, a prefeitura, seguindo as diretrizes de sua legislação sobre política urbana, iniciou um projeto de revitalização de um amplo setor subutilizado no centro da cidade. O projeto visa promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da área e garantir o bem-estar dos habitantes, alinhando-se às exigências de ordenação da cidade expressas no plano diretor. No entanto, alguns proprietários de terrenos não edificados dentro do perímetro do projeto resistiram às iniciativas da prefeitura, opondo-se às tentativas de solução da situação com a promoção do seu adequado aproveitamento. Considerando a situação e as disposições constitucionais aplicáveis à política urbana, avalie as seguintes alternativas e assinale a opção que **CORRETAMENTE** indica as medidas legais que a prefeitura **NÃO** pode adotar em relação aos proprietários na situação narrada:

- (A) Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.
- (B) Estabelecimento de regime de pagamento de títulos indenizatórios alternativos ao descumprimento da função social, até que a definição do plano diretor seja cumprida.
- (C) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.
- (D) Parcelamento ou edificação compulsórios.

QUESTÃO 29. Em um país de grandes disparidades sociais e econômicas, a assistência social possui um local de relevância na promoção dos objetivos constitucionais. Assim, afirma o texto magno que as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social previstos constitucionalmente além de outras fontes, e organizadas com base em diversas diretrizes, dentre elas a descentralização político-administrativa.

Desta forma, analise a frase abaixo e assinale a alternativa que complete de forma correta as lacunas sobre as diretrizes quanto às ações governamentais na área da assistência social:

“cabendo a coordenação e as _____ à esfera federal e a _____ às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social”

- (A) Justificativas; nomeação e direção dos respectivos programas.
- (B) Coordenações; orientações e a execução dos respectivos programas.
- (C) Normas gerais; coordenação e a execução dos respectivos programas.
- (D) Execuções; normas gerais e a motivação dos respectivos programas.

QUESTÃO 30. De acordo com o Estatuto dos servidores públicos do município de Nova Venécia/ES, o servidor efetivo possui alguns direitos relativos a licenças que podem ser gozadas pelo mesmo, como a licença sem vencimento para tratar de interesses particulares, de até o máximo de quatro anos, após:

- (A) Dois anos consecutivos de exercício.
- (B) Quatro anos consecutivos de exercício.
- (C) Cinco anos consecutivos de exercício.
- (D) Dez anos consecutivos de exercício.



QUESTÃO 31. A expressão “política” assume diversas conotações ao longo das décadas no contexto social brasileiro e os cargos e funções de confiança possuem correlação direta com essas acepções, pois é importante ao chefe do Poder Executivo municipal criar relações sociais estáveis por meio de mecanismos legalmente garantidos. Desta forma, leia as alternativas abaixo e verifique aquela que, de acordo com a Lei municipal nº 2.021, de 20 de dezembro de 1994, o Estatuto dos servidores públicos do município de Nova Venécia/ES, traga uma informação **INCORRETA**:

- (A) Os cargos de provimentos em comissão se destinam a atender a encargos de direção, chefia ou assessoramento.
- (B) São exclusivamente considerados isolados os cargos de provimento em comissão.
- (C) O servidor público será designado para o exercício da função de confiança, pelo Prefeito Municipal.
- (D) A função de confiança não constitui situação permanente e sim vantagem transitória pelo efetivo exercício da função.

QUESTÃO 32. Aos procuradores municipais é essencial ter clareza quanto aos conceitos constituintes do regime jurídico dos servidores públicos daquele ente federativo, estes trazidos pela Lei municipal nº 2.021, de 20 de dezembro de 1994, o Estatuto dos servidores públicos do município de Nova Venécia/ES. Assim, analise nas alternativas abaixo qual dos termos não está relacionado corretamente ao conceito mostrado, de acordo com a legislação acima citada:

- (A) Localização é o ato mediante o qual o servidor passa a exercer suas atividades em outro setor, sediado em localidade diferente ou não da anterior dentro da Administração Municipal.
- (B) Readaptação é a investidura do servidor público em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com as limitações que tenha sofrido a sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial.
- (C) Reintegração é o reingresso no serviço público do servidor aposentado, quando insubsistente os motivos da aposentadoria e julgado apto em inspeção médica oficial.
- (D) Transferência é o ato de provimento mediante o qual o servidor efetivo permuta o seu cargo por outro de igual padrão de vencimento, observada a habilitação profissional.

QUESTÃO 33. Um servidor público municipal fez uma solicitação interna à Procuradoria jurídica querendo tirar algumas dúvidas sobre direitos envolvendo o tempo de serviço, de acordo com Estatuto dos servidores públicos do município de Nova Venécia/ES. Para isso, enviou uma série de perguntas que foram respondidas pelo órgão. A partir deste caso hipotético, assinale a alternativa abaixo que apresenta uma informação incorreta quanto às solicitações feitas pelo servidor em questão:

- (A) A apuração do tempo de serviço é feita em dias, sendo o número convertido em anos.
- (B) Serão computados os dias efetivos de exercício à vista do registro de frequência ou folha de pagamento.
- (C) Será considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude, dentre outras hipóteses, de casamento, até oito dias.
- (D) O Estatuto não contempla qualquer diferenciação entre servidores que prestaram o Concurso Público nº 1/95 e que não prestaram, no que tange aos direitos relativos ao tempo de serviço.



QUESTÃO 34. O crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura, de acordo com o Código Penal, tem como conduta típica ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou:

- (A) Caso reste parcela a ser paga no exercício corrente, mesmo que tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.
- (B) Caso reste parcela a ser paga no exercício corrente, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.
- (C) Caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.
- (D) Caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, mesmo que tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.

QUESTÃO 35. De acordo com as regras relacionadas às finanças públicas, a Lei 4.320/64 estabelece que a Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para motivos específicos. Desta forma, tendo por referência a Lei 4.320/64, identifique em qual das alternativas abaixo consta corretamente o motivo em questão.

- (A) Atender a insuficiências de caixa.
- (B) Complementar receitas discricionárias.
- (C) Suplementar títulos públicos.
- (D) Compensar pagamentos de precatórios.

QUESTÃO 36. É importante que a Procuradoria Jurídica de um ente federativo tenha profundo conhecimento das regras relacionadas às finanças públicas e aos conceitos por elas envolvidos. Por isso, é importante saber que o exercício financeiro é o período de tempo (geralmente um ano) no qual uma entidade registra e relata suas atividades financeiras. Desta forma, com referência à Lei 4.320/64, verifique nas alternativas abaixo qual delas traz uma informação incorreta quanto ao exercício financeiro:

- (A) As receitas arrecadas e as despesas empenhadas no exercício financeiro pertencem ao mesmo.
- (B) No que tange aos Restos a Pagar, não há distinção entre despesas empenhadas processadas e não processadas.
- (C) Reverte à dotação a importância de despesa anulada no exercício.
- (D) Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.

EM BRANCO



QUESTÃO 37. Analise a situação hipotética: Um conjunto de empresas situadas no município X, que empregam um grande número de munícipes, estão envolvidas em uma situação que tomou os tablôides locais. Um ex-funcionário alegou ter sido demitido sem justa causa e sem receber as verbas rescisórias correspondentes, sendo esta uma pessoa influente no município. O ex-funcionário destacou aos jornais que a empresa da qual foi demitido pertence a um grupo econômico de empresas de tecnologia, comunicação e inovação, operando sob direções diferentes, mas com uma administração centralizada que define as estratégias e políticas de negócios para todas, e, por isso, deveriam indenizá-lo pelo desrespeito, incitando diversos ex-colegas a agir no mesmo sentido. Diante da situação apresentada, com base na legislação pertinente ao caso, identifique a alternativa que corretamente aplica os princípios do Direito do Trabalho relacionados à configuração de grupo econômico e responsabilidade solidária por obrigações trabalhistas.

- (A) A mera identidade de sócios entre as empresas do grupo não é suficiente para configurar um grupo econômico, sendo necessário comprovar a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas do grupo integrantes, para a responsabilidade solidária.
- (B) Para que haja responsabilização solidária entre as empresas do grupo, é necessário que uma delas esteja em situação de insolvência financeira, facilitando assim a execução das obrigações trabalhistas.
- (C) A configuração de grupo econômico para fins trabalhistas depende exclusivamente da existência de uma empresa controladora que detenha mais de 50% do capital social das demais, configurando automaticamente a responsabilidade solidária.
- (D) É indispensável que os empregados trabalhem alternadamente nas empresas do grupo econômico para que se configure a responsabilidade solidária pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

QUESTÃO 38. Conforme se depreende das Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pode-se compreender que aviso prévio é uma notificação obrigatória da rescisão do contrato de trabalho, que deve ser feita pelo empregador ou pelo empregado, com antecedência mínima de trinta dias. Assim, sobre o tema acima, tendo por referência a CLT, analise as alternativas abaixo e assinale a que trazer uma informação INCORRETA:

- (A) O valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio indenizado.
- (B) Na despedida indireta será devido o direito em referência.
- (C) Não se sujeita ao pagamento da remuneração correspondente ao prazo do referido aviso o empregador que, durante o prazo do aviso prévio dado ao empregado, praticar ato que justifique a rescisão imediata do contrato.
- (D) No caso de salário pago na base de tarefa, o cálculo será feito de acordo com a média dos últimos doze meses de serviço.

EM BRANCO



QUESTÃO 39. Na revisão do contrato de trabalho de João, empregado de uma grande indústria de alimentos, surgiu um debate acerca das horas extras praticadas e não registradas. O advogado de João argumentou que, diante da ambiguidade das provas apresentadas sobre o acordo de compensação de horas, deveria prevalecer o entendimento mais benéfico ao trabalhador, conforme princípios fundamentais do Direito do Trabalho. Este caso ilustra a aplicação de quais princípios do Direito do Trabalho?

- (A) Princípio da primazia da realidade sobre a forma e princípio da irrenunciabilidade de direitos.
- (B) Princípio do *in dubio pró-operário* e princípio da aplicação da norma mais favorável ao trabalhador.
- (C) Princípio da continuidade da relação de emprego e princípio da intangibilidade salarial.
- (D) Princípio da razoabilidade e princípio da proporcionalidade.

QUESTÃO 40. Durante uma audiência pública sobre a reforma tributária municipal, um debate acalorado surgiu sobre a proposta de alteração da estrutura do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana). Os proponentes da reforma argumentaram que a nova estrutura buscava alinhar-se mais estreitamente com princípios constitucionais tributários, em especial, adequando-se às condições econômicas dos contribuintes. Este cenário exemplifica a aplicação de qual princípio do Direito Tributário, conforme estabelecido pela Constituição Federal?

- (A) Princípio da legalidade tributária.
- (B) Princípio da isonomia tributária.
- (C) Princípio da capacidade contributiva.
- (D) Princípio da anterioridade tributária.

QUESTÃO 41. A estrutura legal do Estado de Direito, por mais que busque o intuito de abarcar todas as variáveis possíveis em suas linhas, é impossível de fazê-lo, motivo pelo qual existem os métodos diversos de interpretação, a fim de sanar essas lacunas. Assim, a própria legislação, em algumas situações, indica o método interpretativo adequado, como é o caso do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), ao falar de obrigações tributárias. Desta forma, de acordo com a legislação em referência, em caso de legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias, tem como método interpretativo o:

- (A) literal.
- (B) lógico-sistemático.
- (C) teleológico.
- (D) tanatológico.

QUESTÃO 42. No âmbito da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), diversos procedimentos são previstos para apuração das responsabilidades, neles atuando comissões e grupos específicos. No caso do processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, o mesmo será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por:

- (A) até três servidores estáveis.
- (B) dois ou mais servidores estáveis.
- (C) no mínimo cinco servidores estáveis.
- (D) qualquer número ímpar de servidores estáveis.



QUESTÃO 43. Em uma reunião na prefeitura, o prefeito municipal é abordado por um contribuinte preocupado, que recentemente recebeu uma penalidade por atraso no pagamento de um tributo daquele ente federativo. O contribuinte argumenta que, dado que a penalidade já foi aplicada, acredita estar liberado da obrigação de quitar o valor original do tributo. O prefeito, buscando esclarecer a situação, consulta a Procuradoria Jurídica Municipal. Qual deve ser a orientação dada pela procuradoria ao prefeito, a partir das diretrizes legais do Código Tributário Nacional para a extinção de crédito tributário?

- (A) Existem na legislação situações onde a aplicação de penalidades tributárias automaticamente cancela a dívida original, pois serve como compensação pelo atraso no pagamento por substituição como efeito tributário do fato gerador.
- (B) A penalidade implica na redução proporcional do montante principal do tributo devido, conforme a gravidade da infração cometida pelo contribuinte.
- (C) A imposição de penalidade não exime o contribuinte do pagamento integral do crédito tributário, devendo ambos os valores ser quitados.
- (D) O contribuinte está isento do pagamento do crédito tributário se comprovar que a penalidade aplicada foi superior ao valor original do tributo.

QUESTÃO 44. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) é essencial por promover a gestão fiscal responsável e transparente, estabelecendo limites e condições para a transferência de recursos entre entidades federativas, assegurando que as mesmas sejam realizadas de forma a não comprometer o equilíbrio fiscal, incentivando práticas de administração financeira que garantam a sustentabilidade das contas públicas e evitem o endividamento excessivo.

Desta forma, tendo como base exclusiva o texto da legislação acima citada, analise a sentença abaixo e assinale a alternativa que complemente corretamente as lacunas:

“[...] entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos _____ ou de _____ a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação _____, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.”

- (A) permanentes; investimento; tributária.
- (B) correntes; capital; constitucional.
- (C) temporárias; empréstimos; judicial.
- (D) eventuais; financiamentos; administrativa.

QUESTÃO 45. Dentre os procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas pela Lei nº 14.133/2021, a pré-qualificação é o procedimento técnico-administrativo para selecionar previamente alguns elementos. No correr do procedimento, a legislação em referência afirma que a apresentação de documentos far-se-á perante órgão ou comissão indicada pela Administração, que deverá examiná-los no prazo máximo de quantos dias úteis?

- (A) Três dias.
- (B) Cinco dias.
- (C) Oito dias.
- (D) Dez dias.



QUESTÃO 46. Durante um encontro comunitário, o prefeito é questionado por um agricultor local sobre a possibilidade de fornecimento direto de hortifrutigranjeiros à prefeitura, sem processo de licitação, argumentando que sua produção, reconhecida pela qualidade superior e pelo menor preço na região, deveria qualificar-se para inexigibilidade de licitação, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). Por este motivo, o prefeito solicitou à Procuradoria Jurídica Municipal esclarecimento sobre o questionamento que, de acordo exclusivamente com a legislação citada, constam corretamente na alternativa:

- (A) O agricultor está correto, pois ele é um fornecedor único, garantindo-lhe a hipótese de inexigibilidade.
- (B) A afirmação feita pelo agricultor não está completamente incorreta, pois a qualidade do seu produto torna-o sem concorrência, considerando que fatos notórios não exigem contraprova, o que, em termos da legislação em referência, demandam somente cadastramento prévio.
- (C) O agricultor está incorreto, pois, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, é dispensável a licitação para contratação de hortifrutigranjeiros e outros gêneros perecíveis durante o período necessário para a realização dos processos licitatórios, com contratação baseada no preço do dia, não sendo um caso de inexigibilidade.
- (D) O agricultor não está correto, pois o instituto da inexigibilidade de licitação foi extinto na nova legislação de 2021.

QUESTÃO 47. A Lei nº 14.133/2021 define diálogo competitivo como “modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos”. A mesma legislação define diversos detalhamentos da modalidade, alguns desses que estão listados abaixo, estando **INCORRETO** o expresso na alternativa:

- (A) Na modalidade em questão, os critérios empregados para pré-seleção dos licitantes deverão ser previstos em edital, e serão admitidos todos os interessados que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos.
- (B) Tendo em vista o interesse público, a Administração poderá solicitar esclarecimentos ou ajustes às propostas apresentadas, mesmo que impliquem discriminação qualitativa da concorrência entre as propostas.
- (C) A modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração que, dentre outras, verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades.
- (D) Em caso de o diálogo competitivo ser conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos três servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão, os profissionais contratados assinarão termo de confidencialidade e abster-se-ão de atividades que possam configurar conflito de interesses.



QUESTÃO 48. Ainda sobre a responsabilização administrativa no que tange a Lei 12.846/2013, são previstas diversas sanções nessa esfera. Analise as alternativas abaixo de, com base na legislação supracitada, assinale a que trazer uma informação **INCORRETA**:

- (A) Uma das sanções aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos é a publicação extraordinária da decisão condenatória.
- (B) Serão levados em consideração na aplicação das sanções, dentre outros elementos, o efeito negativo produzido pela infração.
- (C) A aplicação das sanções em referência não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.
- (D) Dentre as sanções previstas, não há a possibilidade de aplicação de multa, esta que estará adstrita à esfera de responsabilidade civil.

QUESTÃO 49. No exercício das várias dimensões da função de Estado, os serviços públicos possuem local especial e a Lei nº 8.987/1995 traz algumas definições. Ponto nevrálgico sobre o tema é a execução da política tarifária e, por isso, a legislação traz diversos detalhes essenciais para, dentre outros pontos, dar transparência aos preços. Uma dessas regras da Lei nº 8.987/1995 define que a concessionária deverá divulgar em seu sítio eletrônico, de forma clara e de fácil compreensão pelos usuários, tabela com o valor das tarifas praticadas e a evolução das revisões ou reajustes realizados nos últimos:

- (A) Dois anos.
- (B) Três anos.
- (C) Quatro anos.
- (D) Cinco anos.

QUESTÃO 50. Durante uma manifestação em frente à prefeitura, populares alegam a descontinuidade de um serviço público essencial. O prefeito, após consulta ao setor responsável, é informado de que houve aviso prévio aos cidadãos e que a interrupção temporária foi necessária por motivos de segurança das instalações. Baseado nesta informação, o prefeito solicita à Procuradoria Municipal a preparação de uma manifestação oficial. Considerando os princípios que regem a prestação dos serviços públicos, exclusivamente na lei nº 8.987/ 1995, como a Procuradoria deve se posicionar sobre a interrupção do serviço?

- (A) A interrupção não caracteriza descontinuidade do serviço público, uma vez que foi precedida de aviso prévio e motivada por questões de segurança das instalações, estando em conformidade com a legislação.
- (B) A interrupção caracteriza violação dos direitos dos usuários, independentemente do aviso prévio ou dos motivos de segurança, configurando descontinuidade do serviço.
- (C) Mesmo com aviso prévio e razões de segurança, a interrupção prolongada do serviço sem uma alternativa viável configura uma falha na prestação do serviço público.
- (D) A falta de consulta pública prévia para discutir as razões da interrupção com os cidadãos caracteriza a descontinuidade do serviço, independentemente dos motivos apresentados.